



PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA CPG/84/2024

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento

A escolha do procedimento de “consulta prévia” fundamenta-se estritamente no critério do valor do contrato, nomeadamente em função do preço base estimado (34 800,00 €), ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 20º do CCP – Código dos Contratos Públicos e posteriores alterações, que permite a consulta ao mercado para a celebração de contratos de valor inferior a 75 000,00 €..

2 - Objeto do Contrato

Assessoria técnica/administrativa em procedimentos concursais externos de pessoal.

3 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

4 - Prazo da execução do contrato

24 Meses

5 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Oliveira de Frades, situada em Largo Dr. Joaquim de Almeida, 3680-111 Oliveira de Frades, com os números de telefone 232760300 e de fax 232761727 e com o endereço eletrónico cmofrades@mail.telepac.pt

6 - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Presidente

.

7 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Sim

8 -

Previsão de renovações

Não

9 - Contrato adequado para PME

Não

10 - Critério

Será utilizado o critério do valor.

11 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos

12 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

13 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?

Não

14 - Preço Base

O preço base fixado será de 34.800,00 euros.

15 - Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é Monofator.

Fator Preço

Em caso de empate, o desempate será realizado recorrendo ao(s) seguinte(s) critério(s):

- 1 - No caso de existir empate entre propostas, o critério de desempate que se irá adotar no caso de o mais baixo preço constar de mais do que uma proposta, será através de sorteio, a desenrolar presencialmente com os representantes dos concorrentes das propostas intervenientes, em data, hora e local a comunicar, com a antecedência mínima de 2 dias, do qual será lavrada ata pelo júri do procedimento..

16 - Negociação

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

17 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- DECLARAÇÃO - (a que se refere o nº 4 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo anexo ao decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro) (Ver Anexo E);
- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;;
- Outros documentos que o concorrente entenda necessários para complementar a sua proposta (por exemplo uma descrição que contenha os elementos técnicos que definem e caracterizam o serviço proposto);;
- Proposta de preço global com indicação expressa da não inclusão do IVA (Ver anexo D) que contenha os atributos da proposta, nomeadamente as quantidades, características e ou especificações/atributos dos serviços objeto do presente concurso, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;;
- Quando aplicável, o documento definido no nº 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto (certidão de teor do pacto social da empresa devidamente atualizada e procuração (quando aplicável). Tais documentos comprovativos de titularidade de poderes para submeter a proposta na plataforma eletrónica, são exigíveis somente quando o certificado digital utilizado no carregamento de documentos na referida plataforma não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura..

18 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

19 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Certidão do registo comercial atualizada, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções (caso já a tenha entregue com a proposta já não é necessária);;
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto ou o respetivo código de acesso (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>). (Não aplicável a entidades em nome individual).

Tendo em atenção o disposto no nº1, b) do artigo 37º da Lei nº89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.

;

- Documento de identificação do adjudicatário, caso se trate de uma pessoa singular ou documentos de identificação dos representantes legais da adjudicatária, caso se trate de uma pessoa coletiva. Nas situações em que o/a adjudicatário(a) for representado (a) por procurador, juntar a competente procuração. (Alerta-se que, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, é interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio, sem consentimento do titular. Em caso de disponibilização do mesmo, considera-se um ato devidamente informado e consentido).;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º.

20 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

21 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

22 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 20 dias a contar a partir da datado envio dos convites, até às 18 horas e 30 minutos.

23 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

24 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigação de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

25 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Presidente.

26 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.